

# Confirmado: Capemi pagou livro-fantasma

Da sucursal de BRASÍLIA

A Capemi Agropecuária pagou Cr\$ 120 milhões à FAN — Consultoria e Empreendimentos Internacionais, de Antônio Abissâmara, por uma edição inexistente do livro "A Verdade sobre o Índio Brasileiro" — conforme denúncia anterior de O Estado — foi a conclusão a que chegou ontem o relator da CPI da Capemi, deputado Matheus Schmidt, depois de ouvir do presidente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Ferreira de Lima, a confirmação de que a Funai havia pago Cr\$ 10 milhões à Guavira Editores por 50 mil volumes desse livro, em cores e luxuosamente encadernados.

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Byron Coelho, que também depôs na CPI, reconheceu que o banco cometeu um "erro de julgamento" ao dar seu aval à Capemi para que esta contratasse empréstimos externos no valor de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 27,2 milhões foram realizados. O BNCC, segundo seu presidente, já pagou cerca de US\$ 11 milhões entre juros e parte do principal.

Ferreira Lima, o primeiro a depor, esclareceu que assumiu a presidência da Funai a 5 de julho passado e, "conseqüentemente, os fatos ora investigados ocorreram durante as gestões de outros presidentes que me antecederam". O presidente da Funai informou que o órgão vinha executando um "modesto projeto industrial" de madeira pucuruí, na reserva indígena paracanã, no Pará, posteriormente repassado à Capemi por intervenção do IBDF e do Ministério da Agricultura.

Em janeiro de 1980, o ex-presidente do IBDF, Carlos Neves Galluf, manifestou o interesse do órgão pelo projeto Pucuruí através de ofício ao ex-presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga. "Em função do projeto de exploração dos recursos florestais existentes em áreas condenadas e, em particular, do projeto da futura Usina Hidrelétrica de Tucuruí, tem interesse (o IBDF) em coordenar a fiscalização dos recursos florestais a serem explorados na área do projeto industrial de madeiras pucuruí. Para tanto, importa que o citado projeto industrial seja confiado a este órgão ou entregue à iniciativa privada, mas sob a nossa orientação", diz o documento.

O empreendimento dimensionado pelo IBDF, segundo Ferreira Lima, "era por demais grandioso e abrangeria uma grande área de terras contíguas a uma área menor, jurisdicionada pela Funai, que não dispunha de estrutura organizacional e, muito menos, de recursos financeiros para executá-lo satisfatoriamente".

Ferreira Lima ressaltou que o Ministério da Agricultura sempre apareceu como "órgão oficial abandonador do projeto, enquanto a construção de Tucuruí era um fato que deveria ser encarado na medida das suas proporções".

Em outubro de 1980, a Funai passou ao Ministério da Agricultura "amplos poderes para providenciar a exploração dos recursos florestais existentes nas áreas de sua jurisdição" e, em dezembro, foi firmado o contrato de arrendamento com a Capemi, pelo qual esta pagaria Cr\$ 13 milhões pelo uso da serraria, garantindo ainda à Funai recebimento de 95% do lucro líquido da exploração da floresta. Parte do pagamento, segundo Ferreira Lima, seria na forma de construção de quatro obras, das quais só uma parte foi efetivada,

tendo a Funai se habilitado como credora no processo falimentar da Capemi.

O relator da CPI frisou, em seguida, que Ferreira Lima negou ser presidente à época dos contratos, mas omitiu ter sido o superintendente do órgão — segundo cargo na hierarquia da Funai — e perguntou por que não houve licitação para arrendamento à Capemi. O presidente da Funai explicou que foi feita uma licitação para venda da serraria, mas apareceu apenas um concorrente, oferecendo Cr\$ 5,5 milhões, quantia bastante inferior à contratada com a Capemi — Cr\$ 13 milhões, apenas para arrendamento. Garantiu, porém, que a Funai não recebeu nenhum centavo da madeira, da qual deveria ter 95% dos lucros.

O presidente da Funai comprovou o pagamento de Cr\$ 10 milhões à Guavira Editores, pela edição de 50 mil volumes do livro "A Verdade sobre o Índio Brasileiro". Matheus Schmidt mostrou documentos segundo os quais a Capemi havia pago, pela mesma edição, Cr\$ 120 milhões à FAN-Consultoria e Empreendimentos Internacionais, de propriedade de Antônio Abissâmara.

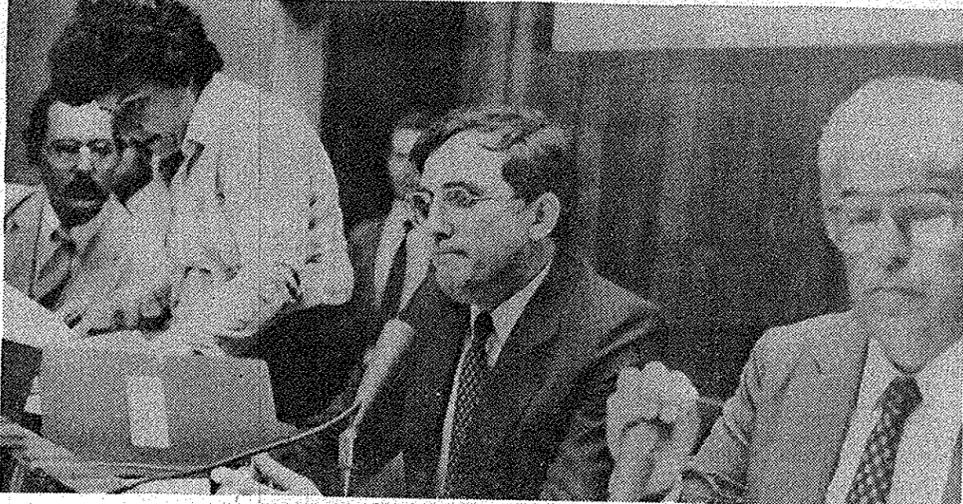
## BNCC CONTINUA PAGANDO

O presidente do BNCC, Byron Coelho, admitiu que o banco cometeu um erro de julgamento ao examinar o pedido de aval da Capemi, no valor de US\$ 100 milhões, dos quais apenas US\$ 27,2 milhões foram contratados. Alegou, no entanto, que a concessão do aval se baseou nos dados disponíveis — a situação e capital da Capemi Administradora e o laudo técnico da hidrobrasileira, encomendado pelo IBDF, mostrando um potencial madeireiro muito superior ao real.

Ele argumentou que a operação foi a primeira no BNCC, justificando-a como fonte de recursos, já que o banco teria 0,75% do total dos empréstimos avaliados. Foram então tomados empréstimos US\$ 25 milhões junto ao Banco Nacional de Paris e ao Banco de Roma, mais US\$ 2,2 milhões junto ao Continental Illinois de Chicago, sendo esta segunda operação vinculada à compra de tratores especiais para exploração madeireira.

Em setembro e outubro de 1982, o BNCC foi obrigado a pagar em torno de US\$ 500 mil de juros devidos pela Capemi, já então inadimplente. O BNCC procurou, então, garantias adicionais, tendo obtido a caução das ações da Capemi Seguradora S/A e novo aval da Administradora Capemi, que terminou por repassar a quase totalidade de seu capital à Capemi Pecuária. Byron Coelho justificou o pagamento e a transformação dessa quantia em crédito à Agropecuária como forma de ganhar tempo até que se negociassem as garantias adicionais, entre as quais os 15 tratores especiais, dos quais 11 ou 12 estariam em bom estado, valendo o equivalente ao empréstimo. Em fevereiro e março passados, o BNCC pagou nova parcela "em torno de US\$ 500 mil".

O BNCC ainda pagou, em setembro, US\$ 4 milhões, e mais US\$ 6 milhões, em 30 de outubro, ao consórcio BNP e Banco de Roma, segundo documento confidencial encaminhado por Coelho à presidência da CPI. Ele reafirmou a intenção de honrar esses compromissos e, segundo sua avaliação, o BNCC poderá recuperar esse dinheiro se obtiver autorização judicial para operar a Capemi Seguradora, uma aspiração antiga do setor cooperativista.



O presidente do BNCC, Byron Coelho, admite que o banco cometeu um "erro de julgamento"

## Diretor do BNCC pode cair amanhã

Como consequência das irregularidades praticadas pela atual administração do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, controlado pelo Ministério da Agricultura, seu presidente Byron Coelho poderá ser demitido amanhã. Enquanto isso, as denúncias contra o BNCC continuam, relacionadas principalmente com favorecimentos, que nos últimos meses vêm ampliando o rombo em sua caixa, já seriamente afetada pelo pagamento ao Banco Nacional de Paris do empréstimo que a Capemi não honrou, e pelos adiantamentos de câmbio frio a cooperativas e empresas de todo o País.

O ministro Amaury Stábele, segundo fontes de O Estado e Jornal da Tarde, estava aguardando apenas o depoimento de Byron Coelho na CPI da Capemi — ocorrido ontem — para demitir-lo da presidência do banco. Essas fontes informaram ainda que antontem Stábele procurou obter o aval para indicar, como substituto de Coelho, seu ex-presidente e atual diretor financeiro, Toshio Shibuya — um dos principais envolvidos em diversas irregularidades —, mas foi comunicado do veto do SNI e do Banco Central. Teria sido lembrado, também, que Shibuya não poderia estar na diretoria do banco, pois seu nome não foi homologado em assembleia.

Diante desse obstáculo, já está praticamente confirmada a indicação de Aloísio Teixeira Garcia, atual presidente da Cobal, para que seu cargo possa ser entregue ao FTE, de acordo com as mesmas fontes. Em razão das alterações na cúpula do BNCC, teria sido cancelado antontem um encontro de Stábele com o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, José Pereira Campos Filho, quando este pediria providências urgentes no órgão. As cooperativas, que detêm 46% do capital da instituição, preferem uma mudança completa de toda a diretoria.

Acredita-se que ainda hoje pela manhã poderá ser definida em Brasília a confirmação de Aloísio Garcia para a presidência do banco, para que amanhã, em São Paulo, Stábele possa solicitar a Byron Coelho que peça demissão do cargo. Depois disso, as cooperativas pretendem procurar o ministro para sugerir que toda a diretoria e cargos de primeiro escalão sejam integrados por funcionários antigos do BNCC e do Banco Central, que praticamente fariam uma intervenção branca para apurar todos os problemas. As fontes insistiram ontem que tudo o que se publicou é "muito pouco" diante da corrupção envolvendo a diretoria do BNCC. Lembraram, por exemplo, um grande favorecimento ao Banco Valbrás, do grupo Sharp, onde já trabalharam seu ex-presidente e atual diretor financeiro, Toshio Shibuya, e o próprio ministro da Agricultura.

Segundo as fontes, a diretoria do BNCC desviou para o Valbrás recursos da União com os quais poderia trabalhar, sem qualquer custo, por quase um mês, num momento em que enfrenta sérias dificuldades de caixa. Teria sido paga uma comissão de Cr\$ 180 milhões, mas isto ainda não foi confirmado e está sob investi-

gação de altos funcionários do banco.

Por delegação do Banco Central, o BNCC pode captar os depósitos na fonte do Imposto de Renda, de qualquer empresa. Além desses recursos, também tem, mensalmente, os correspondentes às folhas de pagamento de seus funcionários. As entradas de cada mês, até o dia 30, devem ser mandadas para o BC até os dias 15 e 24 do mês seguinte. Em vez de fazer o depósito correspondente ao seu Imposto de Renda a ser recolhido na agência própria — situada no Térreo do Palácio do Desenvolvimento, onde está instalada sua sede —, o BNCC deposita-o no dia 1º de cada mês no Banco Valbrás. Somente nos meses de julho, agosto e setembro foram desviados Cr\$ 2,2 bilhões e, em outubro, pelo menos mais Cr\$ 500 milhões, como poderá ser constatado na contabilidade da instituição, garantem os informantes.

A propósito de comissões, fala-se de inúmeros outros escândalos. Uma importante cooperativa gaúcha, do setor de laticínios, teria pago um spread para obter, no início de 81, um grande financiamento a taxas de juros abaixo das fixadas pelo Banco

Central em dezembro de 80. O BC aumentou para 45% as taxas do crédito rural, e estabeleceu que poderiam ser financiados na taxa velha os pedidos em carteira até 16 de dezembro. Um alto funcionário do BNCC teria informado à cooperativa que poderia conseguir o empréstimo na taxa velha, se fosse pago um spread. Segundo garantem um funcionário do próprio banco no Sul e um ex-dirigente da maior cooperativa gaúcha do setor agrícola, a concessão pode ser verificada comparando-se as cédulas dos financiamentos com os avisos de débito e crédito na conta da cooperativa no BNCC. O Inbra estaria interessado em investigar esse caso e está aguardando apenas a publicação da informação, pois acredita que sem isso as pressões políticas logo levariam à suspensão da auditoria.

Para a liberação dos adiantamentos de câmbio frio feitos à Coopave (Cooperativa dos Açuicultores de Lajeado) — onde o BNCC tem comprometidos US\$ 15 milhões —, eram feitas "verdadeiras orgias", em conchecida boate de Porto Alegre, para "amolecer" um dirigente da instituição. A Polícia Federal, o Inbra e auditorias internas ainda estão procurando descobrir os comprovantes dessas orgias, comentadas em todos os meios cooperativistas do Sul.

Os favorecimentos são ainda mais escandalosos para desconto de duplicatas. Dos créditos em liquidação, de Cr\$ 13,5 bilhões — inadimplências que nem puderam ser negociadas, como se fez com as cooperativas que utilizaram escandalosamente os adiantamentos de câmbio frios —, o BNCC está cobrando somente cerca de Cr\$ 2 bilhões. Uma conchecida usina de açúcar de Pernambuco fez uma venda fictícia de grande carregamento da mercadoria para uma cooperativa de Manaus e descontou as duplicatas no BNCC. Quando o banco foi cobrá-las da cooperativa, soube que o açúcar nunca chegou lá. Segundo denúncia recebida por O Estado e Jornal da Tarde, operação semelhante envolveu um parente próximo do ministro da Agricultura e uma conchecida central de cooperativas do Paraná: foi descontada uma duplicata de Cr\$ 75 milhões por uma venda fictícia e esse parente de Stábele também entrou no rol dos inadimplentes do BNCC.

Outro devedor do BNCC é seu próprio diretor financeiro e ex-presidente, Toshio Shibuya. Há um ano o banco adquiriu para seu uso particular um Opala na concessionária CCA, de Brasília (as fontes recomendam que se verifiquem todos os negócios de carros entre o BNCC e a CCA). O valor do Opala deveria ser reembolsado à instituição, mas Shibuya não pagou.

Por causa dessas denúncias, o BNCC não tem recebido depósitos, dificultando a captação dos recursos necessários para pagar ao Banco Nacional de Paris as duas últimas parcelas referentes ao aval dado à Capemi no empréstimo de US\$ 25 milhões. Hoje o BNCC tem de pagar a terceira parcela, correspondente a Cr\$ 7 bilhões. A quarta prestação, de mais de US\$ 8 milhões, vence em 30 de dezembro.

## Os prejuízos da Agropecuária

Da sucursal de RIO

O curador de Massas Falidas, Hélio Gama, recebeu ontem do perito Deusdeth Vieira dos Santos laudo pericial apontando que vai a Cr\$ 527.569.921,70 o prejuízo da massa falida da Agropecuária Capemi, nos contratos de arrendamento mercantil entre a empresa e firmas arrendatárias.

Para chegar a essa conclusão, o perito confrontou o valor dos arrendamentos com o valor de mercado, verificando "incompatibilidade entre os preços contratados e os preços reais das tabelas dos fornecedores". Disse que "quanto a contratos rene-

gociados, a massa falida assumiu contra si substanciais compromissos financeiros, que comprometiam a sua real capacidade de solvência".

Segundo o perito, em quase 50% dos contratos firmados, as taxas de juros contratados ficaram acima da média, em relação às praticadas por outras empresas arrendatárias.

O perito confirmou, ainda, que houve inserção de cláusulas e condições não comuns em contratos daquele tipo, causando prejuízos à massa de Cr\$ 76.103.193,00 e que houve vantagens indevidas às empresas vendedoras e arrendadoras, em face dos preços negociados pela Agropecuária Capemi em relação às tabelas de preços dos fornecedores.